1ª PARTE**Questão 1**

- a. O juiz para conceder liberdade provisória, vedada pelo artigo 2º, poderia apresentar diversos fundamentos. Poderia: 1. invocar o excesso da acusação no tocante à classificação do delito em face dos elementos apurados na fase investigatória; 2. argumentar com a inconstitucionalidade do dispositivo que veda a liberdade por ofensa a princípios constitucionais, tais como os princípios da presunção de inocência, da ampla defesa, da dignidade humana. **(20 pontos)**
- b. O crime cometido pelos agentes penitenciários é o de tortura (art. 1º, a, da Lei de Tortura, Lei nº 9.455/97), qualificado em virtude da lesão resultante (§ 3º, do mesmo artigo 1º) e agravado em razão de serem os agentes funcionários públicos (§ 4º, I, do mesmo artigo 1º). **(15 pontos)**
- c. O crime cometido pelo superior hierárquico é o de tortura omissiva definido no artigo 1º, § 2º, da Lei nº 9.455/97, com a causa de aumento do § 4º, I, por se tratar de funcionário público. **(15 pontos)**

Questão 2

- a. O contrato de arrendamento mercantil é aquele em que o objeto vem a ser locado com opção de compra pelo locatário, ao cabo de certo prazo. **(10 pontos)**
- b. A vinculação é possível, no contrato de *leasing*, se a entidade financeira obtiver recursos no estrangeiro. **(10 pontos)**
- c. A solução possível será a revisão amigável ou judicial do contrato por onerosidade excessiva (art. 6º, V, do Código de Defesa do Consumidor). **(30 pontos)**

2ª PARTE**Questão 1**

Pretende-se que os graduandos identifiquem como elemento da doutrina liberal a idéia de que a garantia da igualdade perante a lei (formal) e da liberdade de agir permitiria que os homens prosperassem conforme seus méritos pessoais. A partir daí, devem apontar que tal idéia se opõe ao pensamento do personagem Salvador, negando que haja, na prática, tal liberdade de ação ao homem e afirmando que fatores da realidade podem impedir que, sobretudo partindo da miséria, os homens possam prosperar, realizando o máximo de suas potencialidades.

Questão 2

Os graduandos devem distinguir a visão dos autores quanto à representação política e quanto ao papel do povo e dos representantes no exercício do poder e na elaboração das leis.

Assim devem demonstrar que, para Montesquieu, o governo representativo é necessário, pois o povo não tem condições de exercer diretamente o poder, embora este lhe pertença. O povo tem, entretanto, capacidade para escolher os representantes capazes de decidir os negócios públicos e de elaborar as leis.

Já Rousseau sustenta a impossibilidade de representação, pois a vontade geral não se representa, uma vez que equivale à vontade de todo o povo e não de uma parte dele. Assim, não há espaço para representantes exercerem o poder e a lei deve ser ratificada por todo o povo diretamente.

Questão 3

As leis positivas servem como grandes parâmetros para a construção da justiça em sociedade, o que não significa necessariamente que estejam isentas de erros e inconveniências. As leis estão evitadas de abstrações e generalidades que as afastam do senso real das situações presentes e

futuras, motivo que somente reforça a importância do papel não do legislador, mas do intérprete das leis, aquele que constrói e reconstrói os sentidos da lei para realizar justiça nos casos concretos. Assim, deve-se relativizar a importância do apego ao texto da lei, valorizar a importância do homem prudente, do bom julgador, na construção das decisões que aplicam leis. Inclusive, no que tange ao aspecto político, destaca-se ser melhor o governo dos homens do que o governo das leis, inclusive por força do pensamento platônico optar pela idéia do rei-filósofo, que contemplou o Bem, para governar a *pólis*.

Questão 4

A questão envolve quatro idéias básicas que o graduando deverá desenvolver a fim de obter a nota máxima.

As idéias, pela ordem de importância são:

- O ideal é a eliminação do trabalho insalubre e preservação da saúde do empregado;
- O empregador tem o poder de comando, pois dirige a prestação pessoal de serviços, conforme art. 2º da CLT;
- O pagamento do adicional é forma de onerar o empregador, estimulando-o à eliminação ou redução da insalubridade;
- O uso efetivo do equipamento é essencial para eliminar ou neutralizar a insalubridade.

Questão 5

Pretende-se que os graduandos concluam que:

- O vínculo ao negócio fundamental ou sua ligação com a causa é o que caracteriza a causalidade de um título de crédito.
- A causalidade do título de crédito permite a oposição de exceções baseadas em questões ligadas ao negócio fundamental, mesmo contra quem não tenha dele participado.